

causais, mas não chega para isolar as causas⁴³. Weber diz-nos explicitamente que essa determinação das causas só poderá ser levada a cabo mediante a execução de duas grandes tarefas: em primeiro lugar, a análise das origens e da divulgação do racionalismo noutras esferas além da económica (por exemplo, na política, no direito, na ciência e na arte); em segundo lugar, o estudo da influência das forças económicas e sociais sobre o ascetismo protestante. Weber afirma porém, enfaticamente, que a matéria analisada em *A Ética Protestante* permite eliminar «a doutrina do materialismo histórico ingénuo», segundo a qual ideias como as que se exprimem na doutrina calvinista seriam meros «reflexos» de condições económicas⁴⁴. «Temos de nos libertar», diz Weber, «da opinião de que seria possível deduzir a Reforma, como uma evolução historicamente necessária, das mudanças económicas.»⁴⁵ Weber não tenta, porém, propor uma outra «teoria» que se substitua a essa concepção do materialismo histórico que rejeita: como Weber tenta demonstrá-lo nos seus ensaios metodológicos, que datam quase do mesmo período de *A Ética Protestante*, é impossível formular uma tal teoria.

⁴³ EPEC.

⁴⁴ EPEC; CSR.

⁴⁵ EPEC; CSR.

OS ENSAIOS METODOLÓGICOS DE WEBER

A Ética Protestante termina aconselhando a rejeição de todos os esquemas teóricos de interpretação da história, tanto o idealista como o materialista: «qualquer deles», diz Weber, «caso seja utilizado não apenas de forma preliminar, mas antes como conclusão de um trabalho de investigação, com pouco ou nada contribuirá para o estabelecimento da verdade histórica»¹. Weber expõe e aprofunda esse ponto de vista nos seus ensaios metodológicos².

A genealogia dos ensaios metodológicos de Weber é complexa, e esses trabalhos têm além disso de ser situados no enquadramento de uma controvérsia desse tempo, que incidia sobre o problema da relação entre a ciência natural e a «humana» ou social. Enquanto Durkheim se inspirara numa tradição positiva muito anterior a Comte, no pensamento social alemão não havia qualquer tradição desse tipo. No decurso do longo e complicado debate que se estabeleceu na Alemanha relativamente ao estatuto das ciências do homem, foram levantados problemas que nunca chegaram a ser formulados na história e na filosofia social francesa. Weber, tal como a maioria dos seus contemporâneos alemães, rejeitava a concepção de Comte de que as ciências se ordenariam segundo uma hierarquia empírica e lógica, na qual cada ciência dependeria da emergência histórica prévia da que é imediatamente inferior na hierarquia. Nessa forma de ortodoxia positivista, a ciência social é considerada como uma simples aplicação das pressuposições e métodos das ciências naturais ao estudo dos seres humanos. Weber,

¹ EPEC.

² Para uma análise dos precedentes ideológicos, de modo particular no que se refere ao idealismo, vide Alexander von Schelting: *Max Weber Wissenschaftslehre* (Tübingen, 1934), pp. 178-247. Os ensaios metodológicos de Weber constituem uma análise parcial de problemas que o seu autor se propunha realizar com mais pormenor. Vide Marianne Weber: *Max Weber: ein Lebensbild* (Heidelberg, 1950), pp. 347-348. O carácter «parcial» dos ensaios metodológicos de Weber é posto em relevo por F. Tenbruck: «Die Genesis der Methodologie Max Webers», *Kölner Zeitschrift für Soziologie und Sozialpsychologie*, vol. 11, 1959, pp. 573-630.

rejeitando embora essa concepção, não vai ao ponto de afirmar, como o fazem os seus contemporâneos Rickert e Windelband, que há duas ordens completamente diferentes de ciências, a «natural» e a «cultural», ou de aceitar a dicotomia entre ciências «nomotéticas» e «ideográficas». Se bem que Weber adote a distinção que esses autores estabelecem do que é único, aplica-a de forma diferente.

Subjectividade e objectividade

No seu primeiro ensaio metodológico, no qual faz uma crítica a Roscher e Knies, Weber argumenta que a distinção entre ciências naturais e ciências sociais pode servir de suporte a um intuícionismo espúrio³. Nas obras de Roscher, por exemplo, essa distinção é formulada de tal maneira que introduz na análise desse autor uma componente de idealismo semimístico. Segundo o mesmo autor, os métodos das ciências naturais não seriam aplicáveis ao universo da acção humana, pelo que se tornaria necessário recorrer a processos inexactos e intuitivos. O mundo humano seria pois um mundo «irracional», consubstanciado no *Volksgeist* ou *Volksseele*, a «alma do povo». Não é possível reconciliar essas ideias com a afirmação do mesmo autor de que a investigação histórica deve ser rigorosa, diz-nos Weber.

Weber reconhece que as ciências sociais estudam fenómenos «espirituais» ou «ideais», que constituem características especificamente humanas que não existem no objecto temático das ciências naturais. Essa diferenciação necessária entre «sujeito» e «objecto» não implica o sacrifício da «objectividade» nas ciências sociais, nem obriga à substituição da intuição pela análise causal. Num ensaio intitulado «“Objectividade” nas ciências sociais e na política social», Weber tenta demonstrar a proposição atrás referida⁴.

As ciências sociais, diz-nos Weber, radicam num interesse pelos problemas práticos, e no desejo de pôr em prática mudanças sociais desejáveis. Foi no interior desse contexto que se manifestou a vontade de criação de disciplinas interessadas na formulação de proposições «objectivas» relativas à realidade humana social e cultural. Essa evolução não se fez acompanhar, porém, de uma compreensão clara do significado da descontinuidade lógica essencial que existe entre as pro-

³ CTC.

⁴ MSC. Os ensaios de Weber têm também de ser interpretados em função das teorias de Wenger e da sua escola de economia «científica». Cf. Marianne Weber, pp. 352-353; para uma análise mais detalhada, vide Lindenlaub, pp. 96-141.

posições factuais ou analíticas, por um lado, e as proposições normativas relativas não ao que «é» mas antes ao que «devia ser», por outro. A maioria das formas de pensamento social tentaram estabelecer uma aproximação entre proposições factuais e normativas, baseando-se num ou noutra dos seguintes princípios, de resto relacionados entre si. O primeiro afirma que o desejável pode ser identificado com o que «existe de forma imutável»: as leis fixas que regem o funcionamento das instituições sociais e económicas. O outro afirma que a assimilação do desejável e do real se faz ao nível dos princípios gerais do desenvolvimento evolutivo: não no que existe de forma imutável, mas antes no que surge de forma inevitável.

Ambas essas concepções devem porém ser rejeitadas. Uma disciplina empírica não tem a possibilidade lógica de definir de modo científico ideais do que «deve ser». É essa uma das premissas fundamentais da epistemologia neokantiana adoptada por Weber, e que orienta todos os seus escritos. Se bem que os juízos de valor não possam ser validados através da análise científica, isso não significa de modo algum que tenham de ser completamente eliminados da esfera da discussão científica. Todos os juízos relativos a decisões quanto à adopção de determinado modo de acção como «algo que deve ser feito» podem ser decompostos em «meios» adoptados para alcançar determinados «fins» gerais ou particulares. «Desejamos algo de concreto, ou “por si mesmo”, ou como um meio de alcançar outra coisa ainda mais desejável.»⁵ A análise científica permite-nos determinar até que ponto um dado conjunto de meios é ou não adequado para atingir um dado fim. Mas não pode haver conhecimento científico que demonstre logicamente que um homem deva considerar determinado fim como um valor. O cientista social poderá ainda demonstrar quais as vantagens que poderá haver em utilizar determinado meio em comparação com outro, quando se tenha em vista alcançar um dado objectivo, e também quais os custos implicados. Os custos implicados na escolha de um determinado meio para alcançar um determinado fim podem ser de duas espécies: (1) a realização parcial e não completa do fim em vista, ou (2) o aparecimento de consequências adicionais que afectam de forma deletéria outros fins que o indivíduo possa ter também em vista. A análise empírica, efectuada de forma oblíqua embora, permite ainda avaliar o fim em si, determinando se é ou não possível realizá-lo dado o contexto das circunstâncias históricas particulares em que se procura alcançar o fim em causa.

Weber recorre frequentemente ao exemplo das aspirações do socialismo revolucionário para ilustrar as afirmações atrás referidas, uma

⁵ MCS.

exemplo

vez que na tentativa de criação de uma sociedade socialista alguns destes problemas se põem de modo particularmente premente. A realização de uma sociedade socialista por meios revolucionários implica o uso da força para que as mudanças desejadas sejam levadas a cabo. Porém, a aplicação da força envolve obrigatoriamente a repressão política após a revolução, o que irá negar algumas das liberdades inerentes ao ideal socialista. Em segundo lugar, a construção de uma economia socialista num mundo em que os outros países continuam a ser capitalistas acarretará forçosamente uma série de dificuldades económicas que os socialistas não previram nem desejaram⁶. Em terceiro lugar, qualquer sociedade socialista, seja ela implantada por que meios for, acabará por transgredir os objectivos por que foi criada, assumindo a forma de um Estado burocrático.

A análise científica pode ainda facilitar de uma outra maneira a prossecução de fins práticos, de ordem diferente porém daqueles que foram atrás referidos. Não se trata agora de um estudo empírico, mas antes da avaliação da consistência interna da relação entre os ideais adoptados por uma mesma pessoa. Acontece muitas vezes que os homens não têm consciência clara dos valores implicados pelos objectivos específicos por que lutam, adoptando muitas vezes finalidades parcial ou mesmo totalmente incompatíveis entre si. Caso o indivíduo não tenha um «conhecimento integral» dos ideais que orientam as finalidades específicas que se propõe alcançar, podemos «ajudá-lo a tomar consciência dos axiomas em que inconscientemente se baseia ou que necessariamente pressupõe»⁷.

Não podemos, porém, ir mais longe do que isto. O recurso à ciência empírica e à análise lógica permitem ao indivíduo determinar quais as finalidades que pode alcançar e saber quais as consequências que daí advirão, podendo ainda ajudá-lo a conhecer a natureza dos seus ideais; todavia, a ciência não pode indicar-lhe a decisão a tomar.

«Não há no mundo nenhuma ética que possa obstar ao facto de em muitos casos os “bons” fins só poderem ser atingidos recorrendo a meios moralmente dúbios ou pelo menos perigosos — e incorrendo no risco da possibilidade ou mesmo da probabilidade de ramificações malignas. E também não há no mundo nenhuma ética que nos permita avaliar em que circunstâncias e até que ponto o propósito eticamente bom “justifica” os meios e as ramificações eticamente perigosos.»⁸

A consequência lógica e a base necessária do ponto de vista defendido por Weber é o reconhecimento de que o universo humano se caracteriza

⁶ No que a estes aspectos se refere, vide *ES*.

⁷ *MCS*; *CTC*.

⁸ *EMW*.

pela existência de *ideais incompatíveis e irreductíveis*. Uma vez que não é possível provar pela análise científica que qualquer ideal ou conjunto de ideais históricos estão «certos» ou «errados», não pode haver uma ética universal. Esta posição metodológica encontra no pensamento de Weber uma correspondência empírica na sua sociologia da religião, que constitui uma génese dos ideais divergentes ocorridos na história. Os ideais e os significados nascem, porém, das lutas políticas e religiosas, não derivando nunca da ciência propriamente dita: «O destino de uma época que comeu do fruto da árvore da sabedoria é reconhecer que a análise do mundo nos não permite conhecer o seu significado, e por muito perfeita que tal análise possa ser; essa época terá sempre de criar esse significado. Terá de reconhecer que as concepções gerais da vida e do universo não podem nunca constituir um produto do conhecimento empírico, por muito que este seja aprofundado, e que os ideais mais elevados e que mais poder têm sobre nós são sempre o produto de uma luta com outros ideais tão sagrados para outros quanto os nossos o são para nós.»⁹

citado

A análise política de Weber e a sua lógica da motivação política baseiam-se nestas considerações. A conduta política pode ser orientada por uma «ética dos fins íntimos» (*Gesinnungsethik*) ou por uma «ética da responsabilidade» (*Verantwortungsethik*)¹⁰. O homem que adopta uma ética dos fins últimos dirige toda a sua conduta política em função da prossecução de um ideal, desprezando o cálculo racional dos meios: «podemos demonstrar a um sindicalista convicto, partidário da ética dos fins últimos, que a sua acção terá como resultado o agravamento da reacção e da opressão da sua classe e a obstrução da subida desta — todos esses argumentos não terão sobre ele o mais pequeno efeito. Quando uma acção bem intencionada tem maus resultados, o seu autor não se considera responsável pelo facto, atribuindo as responsabilidades do mesmo ao mundo, à estupidez dos outros homens ou à vontade de Deus, que os fez assim».

Uma conduta deste tipo é, em última análise, de carácter «religioso» ou pelo menos partilha dos atributos exemplares da conduta religiosa: o indivíduo que age orientado por uma ética dos fins últimos está convencido de que o seu único dever é o de zelar pela manutenção da pureza das suas intenções. O «único propósito das suas acções irracionais é o de alimentar a chama...»¹¹.

A ética da responsabilidade implica, pelo contrário, a consciência daquilo que Weber designa por vezes pelo nome de o «paradoxo das

⁹ *EMW*.

¹⁰ *EMW*.

¹¹ *EMW*.

consequências». As consequências reais da acção de um indivíduo podem ser diferentes ou até completamente contrárias às suas intenções quando perpetrou essa acção. O agente político que tem consciência disso, orienta as suas acções não apenas em função da integridade da sua motivação mas também em função do cálculo racional das consequências prováveis da sua conduta relativamente às finalidades que se propõe atingir. As várias possibilidades de utilização da ciência social atrás referidas referem-se pois à política da responsabilidade, sendo porém irrelevantes quando se adopta uma ética dos fins últimos¹². Importa aqui não confundir a ética da responsabilidade com o pragmatismo, como o têm feito alguns críticos secundários do pensamento de Weber. O pragmatismo como filosofia implica a identificação da verdade com o que, de momento, é praticável. Weber não considera, porém, que seja esse um critério de «verdade»; pelo contrário, propõe-se demonstrar que medeia um abismo lógico entre a verdade factual e a verdade ética, e que o conhecimento empírico, por muito adiantado que se encontre, nunca pode validar a escolha de uma ética de preferência a outra.

Citacao 2
«O político prático pode considerar subjectivamente que tem obrigação de, neste ou naquele caso, adoptar uma posição intermédia entre pontos de vista antagónicos, ou de tomar partido por um ou outro desses pontos de vista. Porém, isso nada tem a ver com a “objectividade” científica. Cientificamente, o “meio termo” não é mais verdadeiro do que os ideais extremistas de esquerda ou de direita.»¹³

Citacao 3
Weber propõe-se na sua análise da natureza da «objectividade» eliminar as confusões que, segundo ele, obscurecem frequentemente a relação lógica entre os juízos científicos e os juízos de valor. Como o dissemos já, Weber não considera que os ideais devam ser banidos da discussão científica. O cientista social tem a obrigação de ter uma consciência clara dos seus próprios ideais. Se respeitar cuidadosamente essa obrigação, não terá de se abstrair desses valores pessoais no seu trabalho: «Uma atitude de indiferença moral (Gesinnungslosigkeit) não tem qualquer relação com a “objectividade” científica.»¹⁴

¹² A não ser na medida em que a análise lógica possa ajudar a esclarecer os ideais. Como o dissemos já, tal não constitui, porém, resultado da ciência empírica *per se*.

¹³ MCS. Interessa referir aqui que as três figuras estudadas neste livro têm sido todas elas relacionadas com a filosofia do pragmatismo na interpretação de alguns críticos. Durkheim chegou mesmo a rebater essa interpretação numa série de conferências. Cf. *Pragmatisme et sociologie* (Paris, 1955). Todos três, porém, teriam rejeitado o pragmatismo por uma mesma razão: porque este nega ao sujeito que age a capacidade de transformar racionalmente o mundo.

¹⁴ MCS; CTC.

Juízos de facto e juízos de valor

A separação lógica absoluta entre os juízos de facto e os juízos de valor — ou seja, o facto de a ciência não poder validar ideais culturais — deve ser diferenciada do sentido segundo o qual a própria existência pressupõe a existência de valores que definem a análise científica como uma actividade «desejável» ou «válida» em si. A própria ciência baseia-se também em ideais que, tal como os outros valores, não podem ser cientificamente comprovados. O principal objectivo das ciências sociais é, pois, segundo Weber, o de «compreender a originalidade característica da realidade em que vivemos». Ou seja, o principal objectivo das ciências sociais consiste na tentativa de compreensão das razões que fazem com que os fenómenos históricos particulares sejam aquilo que são. Isto exige, porém, que se opere uma abstracção a partir da complexidade infinita da realidade empírica. Weber concorda com o neokantismo e Rickert e Windelband quando afirmam que não pode haver uma descrição científica completa da realidade. A realidade consiste numa profusão infinitamente divisível. Ainda que nos concentremos num único elemento dessa realidade, verificaremos que esse elemento partilha dessa infinidade. Toda a forma de análise científica, todo o corpo de conhecimentos científicos, pertença ele ao domínio das ciências naturais ou sociais, implica uma selecção operada a partir da infinidade da realidade.

Citacao 4
Ora, como acabámos de dizer, as ciências sociais propõem-se estudar «por um lado, as relações e o significado cultural dos acontecimentos individuais nas manifestações contemporâneas, e, por outro, as razões por que esses acontecimentos são historicamente “assim” e não “de outra maneira”...»¹⁵. Uma vez que a realidade é extensiva e intensivamente infinita, e que é indispensável proceder a uma selecção dos «problemas de interesse» (quer o indivíduo que opera essa selecção tenha ou não consciência dela), temos de saber quais são então esses critérios de valor que determinam «aquilo que queremos saber». Segundo Weber, não podemos limitar-nos a afirmar que as ciências sociais devem determinar relações regulares ou «leis» semelhantes às das ciências naturais, pois essa resposta não é adequada. A formulação de leis implica uma determinada ordem de abstracção da complexidade da realidade, de tal maneira que todos os acontecimentos que não caem sob a alçada da lei sejam considerados «acidentais», e portanto desprovidos de significado científico. Este critério não pode, porém, ser aplicado na análise do tipo de problemas que nos interessam nas ciências sociais. Podemos citar como exemplo neste ponto o problema a cujo estudo

¹⁵ MCS; CTC.

original info!

Weber dedicou os seus melhores esforços. A formação do capitalismo europeu ocidental e o racionalismo que com ele se relaciona não nos interessam porque (certos aspectos de) esses acontecimentos históricos podem ser resumidos em princípios gerais do tipo de leis: o significado que esses acontecimentos assumem para nós deriva da sua originalidade.

Além disso, não é certo que as ciências naturais se interessam apenas pela formulação de leis. A astronomia, por exemplo, estuda com frequência certas sequências evolutivas que não podem ser equacionadas sob a forma de leis, e que tão-pouco derivam o seu interesse da sua relevância para a formulação de relações gerais. Se bem que Weber se lhe não refira, poderíamos citar neste ponto o exemplo apresentado por Rickert, quando nos fala do interesse dos astrónomos pelo estudo detalhado das origens do nosso sistema solar. O nosso sistema solar não tem qualquer significado do ponto de vista da generalização das propriedades do universo. O facto de nos interessarmos pela sua evolução específica deriva da sua situação na parte do firmamento em que se situa também a Terra.

Tudo isto nos prova que a diferença entre as ciências naturais e as ciências sociais não é absoluta do ponto de vista da diferenciação entre o conhecimento nomotético e o conhecimento ideográfico. Se bem que as ciências naturais se dediquem principalmente à formulação de princípios gerais, procuram também por vezes o conhecimento do particular. Não podemos tão-pouco considerar que a «explicação» causal só é possível mediante a classificação dos acontecimentos em leis gerais. Um acontecimento que é «acidental» do ponto de vista de uma dada lei pode no entanto ser explicado em função dos seus antecedentes causais. Porém, não é lícito considerarmos que uma única causa, ou uma série restrita de causas, podem fornecer uma explicação «completa» de um indivíduo histórico. Se aquilo que «interessa conhecer» se restringe a certos aspectos da realidade, o mesmo se pode afirmar em relação à explicação causal. Ao decidirmos quando havemos de dar por terminada uma dada investigação, ou considerar completo o nosso conhecimento de um dado fenómeno, estamos a fazer uma selecção, tal como a fizemos já para decidir por onde havíamos de começar:

«A totalidade de todas as condições à qual conduz a regressão causal a partir do “efeito” teve de “agir em conjunto” de determinada maneira, e não de outra, para que aquele efeito concreto se verificasse. Ou seja, a ocorrência do resultado é determinada, do ponto de vista de todas as ciências empíricas que trabalham com base nas relações causais, não a partir de um dado momento, mas “a partir da eternidade”.»¹⁶

O que não significa, diz-nos Weber, que não possa haver proposições nomotéticas nas ciências sociais. Mas a formulação de princípios

¹⁶ MCS; CTC.

gerais explicativos é nas ciências sociais mais do que um fim em si, é um meio que pode ser utilizado para facilitar a análise dos fenómenos específicos a explicar: «uma imputação válida de qualquer efeito individual seria geralmente impossível sem a aplicação do conhecimento “nomológico” — isto é, o conhecimento das sequências causais recorrentes»¹⁷. Ou seja, quando o investigador se propõe imputar causas, a designação de determinada componente como uma causa dependerá da existência daquilo que assume serem relações significativas entre classes de acontecimentos (relações que têm de ser justificadas em caso de dúvida). Até que ponto é lícito ao investigador formular uma imputação causal válida «recorrendo a uma imaginação estimulada pela experiência pessoal e treinada nos métodos analíticos», e até que ponto terá de recorrer a generalizações feitas a partir de bases concretas, dependerá do caso particular em questão. Quanto mais preciso e certo for, porém, o nosso conhecimento dos princípios gerais significativos, mais certa será também a imputação causal que faremos¹⁸.

Como é que é possível, porém, provar a existência de uma relação causal? Weber apresenta um exemplo célebre, que é o da análise feita por Eduard Meyer ao significado do resultado da Batalha de Maratona para a evolução subsequente da cultura ocidental. A razão por que os historiadores se interessam tanto pela Batalha de Maratona, que em si não passou de um pequeno recontro, deve-se ao significado causal decisivo que o desenlace desse recontro teve do ponto de vista da sobrevivência e da evolução independente da cultura helénica, que mais tarde havia de espalhar-se por toda a Europa. Mas caso pretendamos demonstrar que a Batalha de Maratona foi causalmente significante nesse sentido, temos de considerar duas contingências distintas e possíveis (o helenismo contra a influência teocrática persa sobre a evolução cultural subsequente da Europa). Do ponto de vista ontológico, essas possibilidades não são «reais»; só uma série de acontecimentos foi «possível» — aquela que realmente ocorreu. Esse processo consiste, pois, numa abstracção feita pelo cientista social que constrói uma «experiência mental», imaginando aquilo que teria acontecido se determinados acontecimentos não tivessem ocorrido ou se se tivessem desenrolado de uma maneira diferente.

«A avaliação do significado causal de um facto histórico tem de ser feita com base na formulação da seguinte pergunta: se esse facto não fizesse parte do complexo de factores considerados co-determinantes, ou se sofresse uma modificação numa determinada direcção, o curso dos acontecimentos, obedecendo a regras empíricas

¹⁷ MCS.

¹⁸ MCS.

gerais (*Erfahrungsregeln*), ter-se-ia orientado de maneira diferente em aspectos considerados *decisivos* do nosso ponto de vista?»¹⁹

No que se refere ao exemplo da Batalha de Maratona, podemos prová-lo: se se tivesse verificado uma vitória persa, com as suas prováveis consequências, estas teriam influenciado decisivamente a evolução subsequente do helenismo, e portanto da cultura europeia. Weber qualifica esse exemplo como o de uma causalidade «adequada». Podemos afirmar com toda a certeza que se a Batalha de Maratona tivesse tido um desenlace diferente, este teria sido suficiente ou «adequado» à produção de mudanças na evolução cultural subsequente da Europa.

O facto de a selecção e de a identificação dos problemas relevantes serem feitas nas ciências sociais de forma «subjectiva» — isto é, escolhendo problemas com um significado cultural bem definido — não implica que se não possa proceder a uma análise causal objectivamente válida. Pelo contrário, a explicação causal pode ser comprovada por outras pessoas, não sendo unicamente «válida» para uma determinada pessoa. Mas tanto a escolha dos problemas a investigar como o grau de penetração na rede intrincada da causalidade que o investigador considere necessário, são determinados em função de suposições de valor. Dada a premissa de que parte Weber quando afirma que as ciências sociais se devem interessar sobretudo pelas configurações únicas, a conclusão a tirar é que o objecto temático das ciências sociais se encontra em fluxo constante:

«A corrente de acontecimentos incomensuráveis flui continuamente em direcção à eternidade. Os problemas culturais que interessam os homens reconstituem-se constantemente, assumindo sempre novas formas, e os limites dessa área da corrente infinita de acontecimentos concretos que adquire para nós significado e interesse, isto é, que se torna num «indivíduo histórico», mudam constantemente.»²⁰

A elaboração de tipos ideais

A definição que Weber apresenta da natureza dos conceitos de «tipo ideal» e a utilização nas ciências sociais radica logicamente nesse ponto de vista epistemológico geral. Os conceitos utilizados nas ciências sociais

¹⁹ MCS.

²⁰ MCS. Weber insiste frequentemente na importância de estabelecer uma distinção entre os dois sentidos em que o cientista se pode interessar pelo «indivíduo histórico»: por um lado, «adquirindo um conhecimento o mais lato possível» dos «indivíduos historicamente “grandes” ou “únicos”»; por outro, analisando «o significado de atribuir uma relação histórica concreta à força causal das acções de certos indivíduos — independentemente do facto de os classificarmos como indivíduos “significativos” ou “insignificativos”...», CTC.

não podem ser directamente derivados da realidade, exigindo a mediação das pressuposições de valor, uma vez que a determinação dos problemas considerados como dignos de interesse se baseia nessas pressuposições. Assim, a interpretação e a explicação de uma configuração histórica exigem a construção de conceitos especificamente elaborados com esse propósito e que, tal como os objectivos da análise, não reflectam propriedades universalmente «essenciais» da realidade. Ao definir as características formais dos conceitos de tipo ideal, Weber não pretende elaborar um novo método conceptual, mas apenas explicitar processos que aplicara já na prática. No entanto, dado que a maioria dos investigadores não tem uma consciência bem clara do tipo de conceitos que utilizam, as suas formulações tendem a ser ambíguas e imprecisas. «A linguagem utilizada pelo historiador inclui centenas de palavras que exprimem conceitos ambíguos, criadas para satisfazer uma necessidade de expressão adequada, mas cujo significado, definitivamente sentido, não foi suficientemente bem definido.»²¹

Um tipo ideal é elaborado através da abstracção e da combinação de um número indefinido de elementos que, se bem que sejam todos eles extraídos da realidade, raramente ou nunca nos surgem sob essa forma específica. Assim, as características da «ética calvinista», que Weber analisa em *A Ética Protestante*, são extraídas dos escritos de várias figuras históricas, e os componentes das doutrinas calvinistas a que Weber atribui especial relevo são seleccionados em função da sua importância na constituição do espírito capitalista. Esse tipo ideal não é, nem uma «descrição» de um aspecto específico da realidade nem, segundo Weber, uma hipótese; contribui, porém, para facilitar a descrição e a explicação. Um tipo ideal não é ideal num sentido normativo: não implica que a sua realização seja desejável. Podemos construir um tipo ideal de assassinato ou de prostituição, tal como podemos construir um tipo ideal de qualquer fenómeno. Um tipo ideal é um tipo puro num sentido lógico, e não num sentido exemplar: «Na sua pureza conceptual, essa construção mental não pode existir empiricamente na realidade.»²²

A criação de tipos ideais não constitui de modo algum um fim em si; a utilidade de um dado tipo ideal só pode ser avaliada em relação a um problema ou a um tipo de problemas concretos, e o único propósito que orienta a sua elaboração é de facilitar a análise de questões empíricas. Quando formula o tipo ideal de um fenómeno como o capitalismo racional, por exemplo, o cientista social tenta delinear, mediante um exame empírico das formas específicas do capitalismo, os aspectos mais importantes (do ponto de vista que lhe interessa) que caracteri-

²¹ MCS; CTC.

²² MCS.

zam o capitalismo racional. O tipo ideal não é elaborado pelo pensamento puramente conceptual, mas antes criado, modificado e aperfeiçoado através da análise empírica de problemas concretos, contribuindo por seu turno para que essa análise adquira uma maior precisão.

Os tipos ideais diferem pois dos conceitos descritivos (*Gattungsbegriffe*) no âmbito e na aplicação. Os tipos descritivos desempenham um papel importante em muitos ramos das ciências sociais; constituem resúmos das características comuns de agrupamento de fenómenos empíricos. Enquanto um tipo ideal implica «a acentuação unilateral de um ou mais pontos de vista», o tipo descritivo envolve «a síntese abstracta dos traços que são comuns a numerosos fenómenos concretos»²³.

Weber apresenta o exemplo dos conceitos de «igreja» e de «seita». Esses conceitos podem servir de base a uma classificação; os grupos religiosos podem ser classificados como pertencendo a uma ou outra categoria. Se desejarmos, porém, aplicar essa classificação à análise da importância dos movimentos sectários para a racionalização da cultura moderna ocidental, teremos de reformular o conceito de «seita» de modo a pôr em relevo as componentes específicas do sectarismo que possam ter influenciado esse aspecto particular da realidade. O conceito transforma-se então num tipo ideal. Todo o conceito descritivo pode ser transformado num tipo ideal, através da abstracção e da combinação de determinados elementos: na prática, diz-nos Weber, recorre-se frequentemente a esse processo.

Weber discute em pormenor na sua análise a elaboração de tipos ideais que possam contribuir para a elucidação de certas configurações históricas específicas, uma vez que é esse o caso em que se pode estabelecer uma diferenciação mais clara entre os tipos descritivos e os tipos ideais. Os conceitos de tipo ideal são porém aplicáveis também noutros casos, e há vários géneros de tipos ideais que, não podendo embora ser identificados com os conceitos descritivos simples, são no entanto de carácter genérico. A transição dos tipos descritivos para os tipos ideais faz-se quando passamos da classificação descritiva dos fenómenos para a análise explicativa ou teórica desses mesmos fenómenos. Podemos apresentar como exemplo do que acabámos de afirmar a noção de «troca». Trata-se de um conceito descritivo, na medida em que nos limitamos a observar que um número indefinido de acções humanas pode ser classificado como transacções de troca. Se tentarmos, porém, tornar essa noção num elemento da teoria económica da utilidade marginal, estamos a elaborar um tipo ideal de «troca», baseado numa construção puramente racional²⁴.

²³ MCS.

²⁴ Para análises do estatuto lógico dos tipos ideais «individuais», por oposição aos «genéricos», cf. von Schelting, pp. 329 e segs.; e Parsons, pp. 601 e segs.

O tema principal dos ensaios metodológicos que Weber publicou em 1904-1905 é da relação entre ciência social e juízos de valor; Weber trata de forma diferente essa mesma relação num outro ensaio sobre «neutralidade ética» (*Wertfreiheit*), escrito uma década mais tarde²⁵. Neste último ensaio, Weber discute um problema que, se bem que se revista de importância básica do ponto de vista da relação entre ciência social e política social, nada tem a ver com o estatuto lógico dos juízos de valor, referindo-se antes a um problema de ordem prática, que é o de saber se o cientista poderá servir-se do seu prestígio ou posição académica para propagar os ideais que perfilha. Este problema é em última análise um problema de valores, e conseqüentemente não pode ser resolvido por meio de uma demonstração científica. É um problema que «tem, em última análise, de ser resolvido em função da concepção que o indivíduo tem da tarefa que compete à Universidade, concepção essa que é por sua vez determinada pelo seu próprio sistema de valores»²⁶. Se a tarefa da educação for concebida num sentido muito lato, considerando-se que o educador tem por missão pôr os seus estudantes em contacto com a cultura ética e estética em geral, o professor dificilmente poderá abstrair os seus próprios ideais no ensino que ministra. Weber defende, porém, a opinião de que a organização mais adequada para a Universidade moderna será a da especialização profissional na educação, de modo particular no que se refira à disciplinas que pretendam revestir-se de carácter científico. Nessas circunstâncias, nada justifica que o professor exponha a sua própria concepção do mundo; os problemas das ciências sociais, derivando embora o seu interesse como «problemas» de valores culturais, só podem ser resolvidos através de uma análise técnica, e é esta que o professor tem de fazer do alto da sua cátedra. «O que o estudante tem de aprender hoje em dia com o professor na sala de aula é: (1) a capacidade para o desempenho profissional de uma dada tarefa; (2) identificar os factos, até mesmo os que possam ser pessoalmente desagradáveis, e estabelecer uma distinção entre esses factos e a sua própria avaliação dos mesmos; (3) subordinar-se à sua tarefa de reprimir o impulso para dar largas aos seus gostos ou sentimentos pessoais.»²⁷

O professor universitário goza das mesmas oportunidades do que qualquer outro cidadão para levar a cabo os seus ideais através da acção política, e não deve exigir privilégios especiais. A cátedra universitária

²⁵ MCS. Para uma análise do contexto político que Weber se propunha combater nesses ensaios, vide Wolfgang J. Mommsen: *Max Weber und die deutsche Politik, 1890-1920* (Tübingen, 1959).

²⁶ MCS.

²⁷ MCS; CTC.

ria não confere «uma qualificação especializada de profecia pessoal». O professor que procura servir-se dessa maneira da sua situação está a abusar da sua posição, tanto mais que depara com um auditório particularmente receptivo e desprovido de maturidade. Ao assumir esta posição, Weber exprime assim as suas convicções pessoais. A Universidade poderia transformar-se num fórum de discussão de valores, caso nela se verificasse «uma liberdade total da discussão dos problemas fundamentais, como possibilidade de expressão de todos os pontos de vista». Isso não acontece porém nas universidades alemãs, onde os problemas sociais e éticos básicos não podem ser livremente discutidos; enquanto as coisas se passarem assim, «parece-me que a dignidade de um representante da ciência lhe exige que *se mantenha em silêncio*, mesmo no que se refere a problemas de valor que pode discutir»²⁸. Weber não quer dizer de modo algum que o professor universitário deva recusar-se a emitir juízos políticos e morais fora da esfera da Universidade. Pelo contrário, Weber refuta vigorosamente a falsa invocação de «neutralidade ética» fora da esfera académica. Na opinião de Weber, é tão ilícito refugiar-se numa pretensa «neutralidade» científica para se abster de exprimir as suas opções de valor no campo da política, quanto é ilegítimo pregar abertamente uma posição partidária no interior da Universidade.

De toda a maneira, é indispensável estabelecer uma distinção entre os juízos de valor emitidos por um indivíduo no seu ensino e a relação lógica entre proposições de facto e proposições de valor nas ciências sociais, diz-nos Weber. «Os problemas das disciplinas empíricas não podem, como é evidente, ser resolvidos por avaliação. Não se trata de problemas de avaliação. Os problemas das ciências sociais são porém seleccionados em função da relevância de valor dos fenómenos estudados... Na investigação empírica não há “avaliações práticas” que sejam legitimadas por esse facto estritamente lógico.»²⁹

²⁸ MCS.

²⁹ MCS.

CONCEITOS FUNDAMENTAIS DA SOCIOLOGIA

Sociologia interpretativa

A maioria dos ensaios metodológicos de Weber foram escritos dentro do contexto dos problemas específicos a que dedicou a sua atenção nas suas primeiras obras empíricas; constituem testemunhos de uma tentativa para quebrar as barreiras intelectuais que se punham ao pensamento legal, económico e histórico que lhe fora transmitido. Nos ensaios metodológicos, a sociologia é considerada como uma disciplina subordinada à história: os problemas principais da sociologia seriam os que possuíssem um significado cultural bem definido. Weber rejeita a opinião de que generalização seria impossível nas ciências sociais, considerando porém a formulação de princípios gerais como um meio e não como um fim.

A orientação dos escritos empíricos posteriores de Weber, de modo particular da sua *Economia e Sociedade*, levou-o a modificar o ponto de vista atrás referido. Weber não renunciou, no entanto, nem à distinção lógica absoluta que estabelecera entre juízos de facto e juízos de valor, nem à tese correlacionada de que a análise de configurações históricas únicas só pode ser feita em termos de princípios gerais, dotados apenas de uma significação introdutória a tal tarefa. Em *Economia e Sociedade*, Weber começa porém a interessar-se principalmente pela definição das uniformidades da organização económica e social: isto é, pela sociologia.

A sociologia, diz-nos Weber, interessa-se pela formulação de princípios gerais e conceitos de tipo genérico, relacionados com a acção social humana; a história, pelo contrário, «orienta-se no sentido da análise e da explicação causal de acções, estruturas e personalidades específicas e culturalmente significativas»¹. Trata-se, pois, de uma repetição dos pontos de vista básicos que o autor expusera nos ensaios metodológicos, e podemos dizer que quando Weber começa a interessar-se pela sociologia, o facto não pode ser atribuído a uma modificação das suas perspectivas metodológicas básicas. Alguns comentadores secundários

¹ ES; EC.